

Juro alto, um veneno

Lauro Rutkowski e
Sheila Raposo
Da equipe do **Correio**

Os juros altos travam o crescimento econômico, inibem a criação de empregos e tornam os produtos mais caros para o consumidor. Um veneno que, por ajudar a controlar a inflação, tem certa aparência de remédio. No Brasil, uma parte do problema nasce dentro do governo federal e responde pelo nome de Selic (*leia quadro acima*). Essa taxa, fixada em 18,5% ao ano, é usada pelo governo para atrair empréstimos dos bancos. Em números, a União paga R\$ 18,50 às instituições financeiras para cada R\$ 100 que toma emprestado em um ano. Esse dinheiro é usado para pagar a dívida pública. Na quarta-feira, o Banco Central (BC) decidiu que não é hora de baixar os juros, algo que irritou os empresários.

O consumidor pode achar que não tem nada a ver com a Selic, mas tem. A taxa serve de piso para os juros cobrados entre as instituições financeiras e dá início a um processo no qual as taxas são elevadas fabulosamente. Juros altos freiam a economia e, portanto, garantem inflação baixa por manter o consumo desaquecido. O problema é que um país sem compras não produz, não emprega e não arrecada impostos para investimentos em benefício da coletividade.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel Ri-

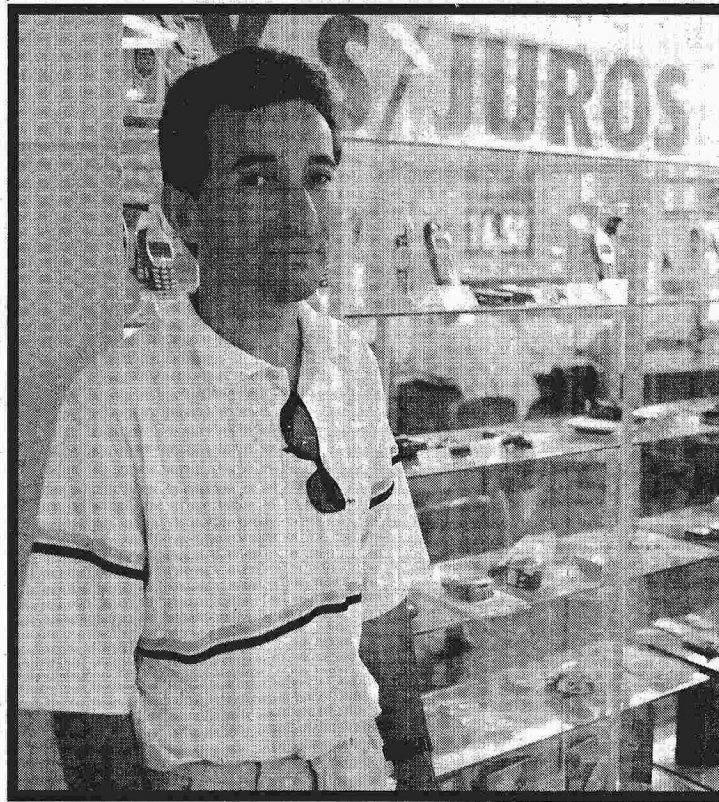
beiro Oliveira, explica que os juros altos são tão vantajosos que os bancos não querem emprestar dinheiro para as pessoas comuns. "Vale mais a pena negociar com o governo, porque a remuneração é boa e o pagamento é certo", explica. O resultado dessa distorção é a redução na quantidade de dinheiro na economia, pois a maior parte é entregue pelos bancos à União — ávida de recursos para honrar sua dívida. O governo também se beneficiaria da redução da Selic: uma redução de 0,5 ponto percentual reduz o custo da dívida em R\$ 750 milhões ao ano.

POUCOS EMPRÉSTIMOS PARA CONSUMIDORES

Com pouco dinheiro para emprestar e muita gente "enforcada" em contas, os bancos se dão ao luxo de cobrar caro dos correntistas comuns (indústrias, lojas e consumidores). "Se a Selic caísse, talvez os bancos liberassem mais dinheiro para o financiamento da atividade econômica, a juros mais baixos", avalia Oliveira. Nos Estados Unidos, US\$ 82 de cada US\$ 100 que circulam na economia são empréstimos. No Brasil, falta liquidez: apenas R\$ 27 de cada R\$ 100. "Se o crédito fosse ampliado no país, haveria mais dinheiro disponível e mais concorrência entre os bancos pelos clientes, com pressão nas taxas de juros para baixo", avalia.

Quem está pendurado no cheque especial ficaria aliviado se pagasse apenas 18,5% de juros ao ano, mas as taxas na chama-

José Varela



TEIXEIRA DESISTIU DE COMPRAR UM CELULAR POR CAUSA DOS JUROS ALTOS

da economia real estão muito mais elevadas, atingindo 273% ao ano. Esse é um dos motivos de as lojas estarem vazias. Parecem ainda curtir a ressaca do Dia das Mães, quando o comércio festejou o aumento de 4,53% nas vendas, em relação ao mesmo período do ano passado. As vitrines anunciam promoções, mas as pessoas passam, olham, matutam e acabam indo embora. "É melhor a gente deixar a televisão nova para a outra Copa", cochicha, resabiada, uma senhora para o marido. O homem,

barbudo de 60 e poucos anos, não esconde a frustração. Depois de longos minutos paquerando uma Semp Toshiba de 34 polegadas, exposta fora da loja, ele aquiesce. "É o jeito".

A mesma sensação de pesar tem o motorista de transporte alternativo Célio Henrique Teixeira, 32 anos. Vê-se no olhar de coça que ele lança sobre um Nokia 5125, à mostra em uma das vitrines do Conjunto Nacional. "Mas tá muito caro", diz, coçando o queixo. "A gente acha que a promoção é boa, mas quando faz as

contas, percebe burrice que ia fazer." Ou seja, o caro a que ele se refere não é o valor à vista do aparelho celular, mas o valor final depois de 15 prestações de R\$ 39,90. Se pudesse pagar à vista, Teixeira desembolsaria R\$ 349,00. A prazo seriam R\$ 598,50, R\$ 249,50 a mais. "Melhor juntar dinheiro para comprar à vista."

O PARAÍSO DOS BANCOS

Miguel Oliveira afirma que Teixeira está certo. Ele explica que os bancos cobram caro por diversos fatores, como a elevada inadimplência e a alta carga tributária, mas o principal deles é o desejo de lucro. "As instituições lucram quase 40%. O Brasil é um paraíso para os bancos", diz. Um exemplo: os vinte maiores bancos do país exibiram lucros da ordem de R\$ 6,912 bilhões em 2001, 37% superiores aos de 2000, embora o país tenha crescido apenas 1,5%.

O presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Jorge Eduardo Prada Levy, no entanto, afirma que as instituições estão cobrando caro pelo dinheiro por outro motivo: o ambiente político marcado pela turbulência eleitoral. "Para os bancos, a manutenção da Selic em patamares elevados não é um bom negócio a longo prazo. O ideal é uma taxa baixa, que propicie crescimento econômico. No atual momento, porém, há uma incerteza tão grande quanto ao futuro que fica difícil imaginar queda na Selic", afirma Levy.

Na avaliação do diretor de departamento de competitividade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Bernardini, o Banco Central poderia baixar para 15,5% a taxa Selic sem risco de provocar uma explosão de consumo capaz de ameaçar metas de inflação. "Os juros altos são um remédio para o controle da inflação, mas em dose excessiva termina por prejudicar a economia", critica.

Os juros altos irritam o empresário Evandro Kalume, diretor da Embraco. A empresa produz estruturas metálicas para silos e armazéns e vem encolhendo desde o começo do Plano Real, em 1994. Ele reclama que os juros dos financiamentos de capital de giro e investimentos em maquinários variam entre 60% e 70% em bancos públicos. Essas taxas encarecem seus produtos e os tornam menos competitivos. "Não há condições de ser competitivo em um país com juros altos, tarifas públicas elevadas e renda em queda. Já tive 360 funcionários, antes do Plano Real, e agora tenho apenas 30 porque o cenário não favorece o empreendedor", lamenta.

A descrença no sistema bancário e a aversão aos juros altos fizeram com que o empresário Antonio de Araújo optasse pelo auto-financiamento. Ao longo de 35 anos, construiu uma rede de 18 supermercados com recursos da própria atividade econômica. "É impossível recorrer a bancos para captar dinheiro destinado a capital de giro e investimento. O cheque especial, então, é um suicídio", afirma.